



Prefeitura Municipal de Iturama

ESTADO DE MINAS GERAIS

MENSAGEM Nº 01/91

Pela presente, estamos encaminhando Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município visando a adaptação de nossa Lei Maior às exigências de órgãos federais à concessão de benefícios para o Município.

Desde o mês de julho do ano passado, como é do conhecimento dos senhores vereadores, estamos trabalhando para obter do Ministério da Ação Social a participação de Iturama no Plano de Ação Imediata para Habitação. Depois de atender a todas as exigências de documentação técnica e jurídica para a aprovação do projeto de construção de 255 casas, em que fomos acompanhados de perto por esta colenda Câmara, que aprovou a doação do terreno e depois aprovou o aditamento na Lei de doação, agora, esta Prefeitura se encontra diante de novo obstáculo a ser superado, para que Iturama não fique fora da ação do Governo Federal e a população não seja frustrada com a deficiência de moradias populares.

Por exigência das normas da Caixa Econômica Federal, a doação do terreno para a construção das casas, não pode ter cláusula de retrocessão do imóvel, no caso de não atendimento da finalidade da doação. A Lei de doação foi sancionada com cláusula de retrocessão e o aditamento foi feito, posteriormente, visava satisfazer as exigências do órgão financiador das casas populares. No entanto, a Lei Orgânica do Município não permite a doação pura e simples, em qualquer caso, o que, é de bom alvitre para a moralização administrativa.

Na realidade, julgamos que o Município deve se precaver contra o risco de perder o imóvel, mesmo no caso de um plano elaborado pelo Governo Federal e financiado por um órgão tão idôneo quanto o é a Caixa Econômica Federal.

Levando-se em conta que a cláusula de retrocessão encontra-se esculpida na grande maioria de Leis Orgânicas Municipais, julgamos, mesmo, que seria hora de o órgão federal rever suas normas para



Prefeitura Municipal de Iturama

ESTADO DE MINAS GERAIS

-02-

adequação ao projeto habitacional do Governo Federal.

No entanto, este seria um processo longo e facilmente ' Iturama seria privado da participação no Plano de Ação Imediata para Habitação. Temos ainda a informar que estamos encaminhando novo Projeto para a construção de outras 100 casas populares, através do mesmo Plano.


Diante do exposto, resta-nos encaminhar a esta Colenda' Câmara a presente Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município ' que, se aprovado, com a maior brevidade de tempo possível, garantirá a Iturama a liberação de verbas da Caixa Econômica Federal para a construção de 255 casas populares e, futuramente, de outras ' unidades habitacionais.

Comungamos com os senhores vereadores a preocupação de preservar o patrimônio público municipal, mas conhecemos que os ' senhores vereadores comungam conosco a dedicação para com a população carente de moradias. Julgamos que seja esta a hora de nos unirmos em prol de uma causa comum, mesmo com os riscos que nossa ação política nos possa impor.

Neste sentido, apresentamos a referida Proposta e esperamos a melhor compreensão dos senhores vereadores para a necessidade de sua aprovação, em regime de urgência.

Sem mais, somos

Atenciosamente


Alípio Soares Barbosa
-Prefeito Municipal-

Ronaldo Alves Sales
D.D. Presidente da Câmara Municipal
Iturama - MG



Prefeitura Municipal de Iturama

ESTADO DE MINAS GERAIS

Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município nº 01, de 28 de Fevereiro de 1991.

Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 01, de 28/02/91

ACRESCENTA PARÁGRAFO NO ARTIGO QUE MENCIONA.

A Mesa da Câmara Municipal de Iturama usando das atribuições que lhe confere o inciso I e II do art. 47 da Lei Orgânica do Município, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município:

Art. 1º. O artigo 110 da Lei Orgânica do Município fica acrescido do seguinte §:

Art. 110.....

§ 5º. As doações a que se refere o parágrafo 3º, atendidos os fins sociais a que se destinam, poderão ser feita sem encargos e cláusula de reversão, quando o imóvel doado destinar-se a formação de Conjunto Habitacional Popular, com construção financiada por entidade financeira pertencente a administração pública indireta ou autorizada pelo Poder Público e previsto em plano de Habitação Oficial.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Ronaldo Alves Sales

-Presidente-

Antonio Vilela de Melo

-Vice-Presidente-

Roque Dias Ribeiro

-1º Secretário-

Alberto Mariano da Costa

-2º Secretário -

Autor: Executivo Municipal

Alípio Soares Barbosa

§ 2.º - Ao Vereador licenciado nos termos dos incisos I e III, a Câmara poderá determinar o pagamento, no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio doença ou de auxílio especial.

§ 3.º - O auxílio de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso da legislatura e não será computado para o efeito de cálculo da Remuneração dos Vereadores.

§ 4.º - A licença para tratar de interesse particular não será inferior a trinta dias e o vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§ 5.º - Independente de requerimento, considerar-se-á como licença, o não comparecimento às reuniões de Vereador privado, temporariamente, de sua liberdade, em virtude de processo criminal em curso.

§ 6.º - Na hipótese do parágrafo primeiro, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 45.º - Dar-se-á a convocação do suplente do Vereador nos casos de vaga ou de licença.

§ 1.º - O suplente convocado deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de convocação, salvo justo motivo, aceito pela Câmara quando se prorrogar o prazo, por igual período.

§ 2.º - Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o "quorum" em função dos Vereadores remanescentes.

Seção IV DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 46.º - O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

- I - emendas à Lei Orgânica Municipal;
- II - leis Complementares;
- III - leis Ordinárias;
- IV - leis Delegadas;
- V - resoluções; e
- VI - decretos Legislativos;

Art. 47.º - A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

- I - de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;
- II - do Prefeito Municipal;
- III - da população, através de moção articulada, subscrita, no mínimo por 5% (cinco por cento) do total do número de eleitores do município, na forma do Regimento Interno.

§ 1.º - A proposta será votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

§ 2.º - A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§ 3.º - A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

Art. 48.º - A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita no mínimo, por 5% (cinco por cento) do total do número de eleitores do Município.

Art. 49.º - As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

§ Único - Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

- I - Código Tributário do Município;
 - II - Código de Obras;
 - III - Código de Posturas;
 - IV - Plano Diretor;
 - V - lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;
 - VI - lei instituidora da Guarda Municipal;
 - VII - lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;
 - VIII - Estatutos dos Servidores Municipais;
 - IX - normas Urbanísticas de Uso e Ocupação do Solo;
 - X - todas as Codificações.
- Art. 50.º - São de iniciativa exclusiva do Prefeito, as leis que disponham sobre:
- I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
 - II - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
 - III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes e Órgãos da Administração Pública;
 - IV - matéria Orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções;
 - V - matéria Tributária.

§ Único - Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no inciso IV, primeira parte.

Art. 51.º - é da competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das leis que disponham:



Câmara Municipal de Iturama

MINAS GERAIS

RUA SÃO PAULO, 427 — TELEFONE (034) 411-0327 - CEP 38.280

Iturama-MG, 01 de março de 1.991.

OFÍCIO N.º

ASSUNTO: Faz encaminhamento

SERVIÇO: Gabinete do Presidente

Senhor Vereador,

Anexo estamos enviando-lhe cópia do ofício nº 51/91, que propõe Emenda Aditiva, de autoria do Prefeito Municipal Dr. Alípio Soares Barbosa, conforme Art. 47º item II.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.



Atenciosamente,

Ronaldo Alves Sales
- Presidente -

Ilmº Sr.

Vereador

NESTA

033: Idêntico ofício enviado a todos os vereadores do nº 281 à 294/91



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

OFÍCIO N.º 056/91

ASSUNTO : Faz remessa - Proposta de Emenda nº 01

SERVIÇO : Gabinete do Prefeito


Iturama, 06 de Março de 1.991.

Senhor Presidente,

Temos a satisfação de enviar a essa egrégia Câmara para apreciação dos Senhores Vereadores, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município nº 01, de 28 de Fevereiro de 1.991.

Sem mais para o momento, ao ensejo, reiteramos a V.Exª., protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Alípio Soares Barbosa
-Prefeito Municipal-

Exmo.Sr.
Ronaldo Alves Sales
D.D. Presidente da Câmara Municipal
ITURAMA-MG

Protocolado sob nº

CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA-MG
FICHA DE CONTROLE DE TRAMITAÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA: Nº 01

AUTOR: Poder Executivo

ASSUNTO: Proposta de Emenda Aditiva a Lei Orgânica Municipal - Art. 110
§ 5º.

CONTEÚDO: Folha nº 01 e 02 - Mensagem

Folha nº 03 - Proposta de Emenda nº 01

DATA DE RECEBIMENTO: 06/03/91

PRAZO PARA DEVOLUÇÃO: 19/04/91

ANALIZADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA EM: 08 / 03 / 1.991.

PARECER: Analizando a presente proposta de emenda aditiva da Lei Orgânica Municipal, essa Assessoria pode verificar que está dentro dos preceitos legais elaborada, embasados corretamente nos artigos 46º e seguintes da LOM, bem como, artigos 109º e seguintes do Regimento Interno portanto, não havendo inconstitucionalidade, posicionamento desta Assessoria é plenamente favorável a presente emenda.

ASS. DO ASSESSOR JURÍDICO: _____

ENTREGUE À COMISSÃO: _____

FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO EM: 22/03 / 1.991.

PRAZO PARA APRESENTAR PARECER: — / — / 1.991.

ASSINATURA DO PRESIDENTE: _____

JUNTOU SE AS FOLHAS DE NºS: _____

EM : — DE — / 1.991.

ASSUNTO: _____

ORDEM DO DIA DAS REUNIÕES

4º R. Extraordinária EM 22/03/1.991

EM / / 1.991

VISTO DO PRESIDENTE

À SANÇÃO EM: / / 1.991.

PRAZO: / / 1.991.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA
ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES)
DA CÂMARA

PROJETO DE PROPOSTA DE EMENDA Nº 01 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)
do 1º turno

DENOMINAÇÃO: PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL -
ART. 110 - § 5º

Aprovado em 1º Turno discussão
Por unanimidade
Sala das Sessões em 11/03/91
O Presidente [Assinatura]

AUTOR(ES) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO(ÕES) DE FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO.

Os Membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de PROPOSTA DE EMENDA Nº 01, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: proceder o Parecer, o seguinte: - Procedendo ao exame do projeto de emenda nº.01, constatamos que o mesmo se acha instruído de acordo com a legislação vigente, não existindo portanto motivos para o veto, qualquer impedimento que impeça sua aprovação em 1º turno, considerando ainda, a necessidade desta medida, para que - Iturama, não seja privada de participar do plano de Ação imediata para habitação, de grande interesse para a população carente, garantindo a liberação de verbas da Caixa Econômica Federal, que possibilitará a construção de 255 casa populares, somos pela aprovação deste proposta de emenda a Lei Orgânica Municipal em 1º turno.

Sala das Sessões, em 11 / Março / 1.991.

Presidente:

[Assinatura]
Julio Cesar Felicio



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA
ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES)
DA CÂMARA

PROJETO DE PROPOSTA DE EMENDA Nº 01 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)
do 2º turno

DENOMINAÇÃO: PROPOSTA DE EMENDA ADITIVA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL ART.
110 - § 5º.

Aprovado em *2º turno* discussão

Por *unanimidade*

Sala das Sessões em *22.03.91*

O Presidente

AUTOR(ES) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO(ÕES) DE FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

Os Membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de PROPOSTA DE EMENDA Nº 01, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: Como é de grande interesse da população Ituramense, somos plenamente favorável pela aprovação desta proposta de emenda a Lei Orgânica Municipal em 2º turno.

Sala das Sessões, em 22 / MARÇO / 1.991.

Presidente: *Julio Cesar Felicio*

Vice-Presidentes: *Irton Tomaz de Almeida*